

# 11ª Conferência das Partes (COP-11) da Convenção sobre Diversidade Biológica

## SEGMENTO DE ALTO NÍVEL

*Hyderabad, Índia — 17 de outubro de 2012*

Dra. Jayanthi Natarajan, Ministra de Meio Ambiente e Florestas da Índia

Sr. Bráulio Dias, Secretário Executivo da Convenção sobre Diversidade Biológica

Ministros,

Chefes de Delegação,

Senhoras e Senhores,

É uma grande honra e satisfação para mim estar neste Segmento de Alto Nível da COP-11, na Índia, um país megadiverso com o qual o Brasil tem muito em comum. Temos certeza de que sob sua liderança perspicaz, Ministra, esta Conferência atingirá resultados históricos e será um guia claro para as muitas tarefas que nos aguardam nesta fase crucial de implementação da Convenção sobre Diversidade Biológica. Há alguns poucos meses, durante a *Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável*, estivemos juntos celebrando, no Rio, os vinte anos da assinatura desta Convenção. A mensagem forte que advém da Rio+20 é a de que a erradicação da pobreza deve estar no centro de nossos esforços à medida que integramos os três pilares do desenvolvimento sustentável. A comunidade internacional reafirmou em junho no Rio seu firme compromisso com os princípios consagrados pela Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, adotada em 1992. Ao nos reunirmos no seio da CDB, a delegação brasileira se emociona ao ver que esse entendimento nos guiará nas deliberações para integrar nossos esforços na promoção da prosperidade econômica com inclusão social por meio do uso sustentável dos recursos naturais. Para termos êxito na erradicação da pobreza e da miséria, precisamos discutir, estabelecer e implementar políticas eficientes que reconheçam o papel fundamental da biodiversidade e serviços ecossistêmicos e que conectem os valores social, econômico, científico e cultural dos recursos biológicos. Este é o fórum onde devemos criar um

consenso para atingir esses objetivos e reconhecer novas formas de cooperação internacional.

Como declarado em “O Futuro que Queremos”, o documento final da Rio+20, a diversidade biológica tem um “papel fundamental na manutenção dos ecossistemas que oferecem serviços essenciais, que são as bases críticas do desenvolvimento sustentável e do bem-estar humano”. A biodiversidade é, portanto, uma ferramenta poderosa para nos permitir promover com êxito a inclusão social, o uso racional dos recursos naturais e maior qualidade de vida para nossos povos.

O debate internacional sobre a conservação da biodiversidade, o uso sustentável de seus componentes e a repartição justa e igualitária dos benefícios derivados do uso de recursos genéticos resultou em compromissos sólidos, e sua perspectiva a longo prazo deve ser garantida no âmago do processo decisório. No entanto, vinte anos após a adoção da Convenção, está claro que a perda de biodiversidade e a degradação dos ecossistemas são uma realidade, além de problemas sérios que requerem nossa atenção coletiva, a implementação de políticas efetivas em âmbitos local e nacional, e solidariedade global renovada para garantir o desenvolvimento sustentável e o bem-estar em todo o mundo. No contexto da crescente atenção global às questões ambientais e desenvolvimento sustentável, a CDB oferece uma plataforma robusta para nos auxiliar no futuro que queremos.

O Brasil atingiu uma redução de 76,9% da taxa de desmatamento da Amazônia em 2011 em comparação a 2004. Esses resultados só puderam ser obtidos por meio de políticas públicas eficazes e agências governamentais, uma rede nacional extensiva de áreas protegidas e o engajamento da sociedade civil organizada. Até meados de 2010, 27,10% do bioma Amazônia foram protegidos oficialmente, bem como 7,33% da Caatinga (zona semiárida); 8,43% do Cerrado; 8,99% da Mata Atlântica; 4,79% do Pantanal; 3,50% do Pampa; e 1,57% das áreas marinhas (incluindo o mar territorial e a Zona Econômica Exclusiva).

O mundo está cada vez mais ciente da importância de se empenhar esforços robustos para a conservação e uso sustentável de sua diversidade biológica marinha, como pode ser visto nos resultados da Rio+20. Com o desaparecimento de 27% dos corais do mundo, temos razões para nos preocuparmos. A implementação de estratégias para conservar e usar sustentavelmente os recursos do mar é uma prioridade para o Brasil, anfitrião este ano (em

fevereiro) do workshop regional do Grande Caribe e Meio-Atlântico Ocidental para facilitar a descrição das Áreas de Relevância Marinha Ecológica ou Biológica (EBSAs).

O Brasil apoia integralmente o processo para a descrição das áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade em áreas marinhas tanto dentro como fora da jurisdição nacional, com base em critérios científicos e levando em consideração aspectos biológicos e ecológicos, bem como ameaças ambientais. O processo de descrição das EBSAs é uma ferramenta para as Partes e organizações intergovernamentais, especialmente a Assembleia Geral das Nações Unidas, em seus esforços globais, regionais e nacionais para abordar os desafios complexos relacionados à biodiversidade marinha.

No Brasil, a região costeira concentra cerca de 18% da população (40 milhões de pessoas) e 70% do PIB, abarcando cerca de 776 espécies de plantas, artrópodes, moluscos, peixes e pássaros. No entanto, 80% dos estoques pesqueiros estão superexplorados, ameaçados ou em perigo de extinção devido à pesca excessiva, degradação e/ou deterioração de *habitats*, aquicultura desordenada, introdução de espécies invasoras, poluição e mudanças climáticas. Para reverter esse problema, foram criadas para cobrir cerca de 40% dos ecossistemas costeiros brasileiros.

Senhora Presidente

Senhoras e Senhores,

A comunidade internacional se reencontra aqui em Hyderabad para deliberar sobre as melhores estratégias para a conservação e uso sustentável de nossos recursos biológicos, fortalecidos pelo compromisso renovado com os Princípios do Rio expressos no mais alto nível político durante a Rio+20. Após a aprovação, em 2010, de um plano estratégico decenal para a conservação da biodiversidade, a CDB deverá monitorar o progresso na implementação das 20 Metas de Aichi e revisão de estratégias e planos nacionais. No Brasil, recentemente concluímos uma série de consultas internas com setores diversos da sociedade (ONGs, academia, setor privado, pesquisadores, comunidades locais e indígenas). Ao estabelecer uma parceria nacional e responsabilidades compartilhadas, este processo deve resultar na definição de metas nacionais, algumas mais ambiciosas que as contidas no plano estratégico da CDB. As metas de Aichi representam uma ferramenta valiosa para

inspirar a comunidade internacional e todas as partes interessadas no estabelecimento de metas nacionais e regionais.

O Brasil detém aproximadamente 13% de todas as espécies vivas do planeta. Temos trabalhado ativamente para garantir sua conservação. 45% de toda a vida selvagem ameaçada é objeto de planos nacionais de conservação. Assim, a delegação brasileira, em resposta ao apelo do Secretário Executivo, irá promover ativamente a Meta de Aichi número 12 para que "até 2020, a extinção de espécies sabidamente ameaçadas tenha sido evitada e seu status de conservação, especialmente o daquelas em maior queda, tenha sido modificado e mantido ". Como acordado durante a COP-10, isso envolverá meios adequados de implementação, cooperação internacional, aprendizado dos países uns com os outros, se beneficiando enormemente da implementação do Protocolo de Nagoia.

Deve ser reconhecido, no entanto, que a consecução de metas ambiciosas está em paralelo com a provisão de meios apropriados de implementação. Devemos garantir um fluxo previsível, adequado e oportuno de recursos financeiros para atender às necessidades dos países em desenvolvimento, como acordado há 20 anos. Logo, a implementação da Estratégia de Mobilização de Recursos adotada em Bonn, em 2008, é fundamental e deve ser revista e monitorada de perto. Este é o momento de implementação. Devemos, portanto, fornecer acesso efetivo e transferir tecnologias que reconheçamos como elementos essenciais para a consecução dos objetivos triplos da Convenção e a dimensão fundamental das estratégias de desenvolvimento sustentável.

Senhora Presidente,

Senhoras e Senhores,

Estamos agora no caminho certo para garantir a implementação equilibrada dos três objetivos da Convenção. Neste contexto, eu gostaria de enfatizar a grande importância do acordo celebrado há dois anos, no Japão, que levou à adoção do Protocolo de Nagoia sobre Acesso e Repartição de Benefícios. O Brasil defende a entrada imediata em vigor do Protocolo, como um instrumento efetivo para combater a biopirataria, regular o comércio internacional de recursos genéticos, e conseqüentemente, reconhecer o valor do patrimônio natural e conhecimentos tradicionais associados das comunidades locais e povos indígenas.

Antes de concluir, gostaria de expressar minha gratidão ao Secretário Executivo da CDB, Sr. Bráulio Dias, não apenas por sua amizade, mas principalmente por sua liderança ativa e sábia orientação. Desejo-lhe, sinceramente, todo o sucesso em suas novas tarefas.

Mais uma vez, expresso o compromisso do Brasil em não poupar esforços para contribuir com a implementação da CDB e em transformar os resultados de Hyderabad e da Rio+20 em ações e práticas concretas em favor da conservação da biodiversidade e seu uso sustentável, assim como encorajar maior participação de todos os setores em prol de um desenvolvimento socialmente justo, economicamente sólido e ambientalmente equilibrado.

Muito obrigado.